Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 84: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - III 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 84 Brasília, 28 de junho de 2017

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 05/05/2017.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 84: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - III

1. Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido. (Súmula n. 17/STJ)

Julgados: AgRg no REsp 1566224/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 17/04/2017; AgInt no AREsp 738842/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 19/12/2016; CC 139914/SE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 21/10/2015; AgRg no REsp 1389405/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 07/08/2015; HC 270416/SP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJE 12/11/2014; HC 209554/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 11/09/2013;

(Vide Súmula Anotada N. 17/STJ)

2. O princípio da insignificância é inaplicável ao crime de estelionato quando cometido contra a administração pública, uma vez que a conduta ofende o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública, possuindo elevado grau de reprovabilidade.

Julgados: RHC 056754/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 12/05/2016; RHC 061931/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 15/02/2016; AgRg no AREsp 627891/RN, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 25/11/2015; RHC 055646/RS, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJE 09/09/2015; EDcl no AgRg no REsp 1335363/ES, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 01/09/2015; AgRg no AREsp 682583/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 28/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 429) (Vide Jurisprudência em Teses N. 57 - TEMA 1)

3. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão à autarquia federal. (Súmula n. 107/STJ)

Julgados: AgRg no CC 146725/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 17/06/2016; CC 143782/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 15/12/2015; HC 239081/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 19/02/2014; EDcl no AgRg no CC 098778/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 02/09/2011; CC 146258/BA (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 08/03/2017; CC 149155/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 28/10/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 432) (Vide Súmula Anotada N. 107/STJ)

4. O delito de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º do CP), praticado pelo próprio beneficiário, tem natureza de crime permanente uma vez que a ofensa ao bem jurídico tutelado é reiterada, iniciando-se a contagem do prazo prescricional com o último recebimento indevido da remuneração.

Julgados: AgRg no AREsp 962731/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 30/09/2016; AgRg no REsp 1571511/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 29/02/2016; AgRg no REsp 1287126/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 23/11/2015; AgRg no REsp 1497147/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 13/05/2015; HC 247408/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 16/04/2015; AgRg no REsp 1478717/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 05/12/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 477)

5. O delito de estelionato previdenciário, praticado para que terceira pessoa se beneficie indevidamente, é crime instantâneo com efeitos permanentes, iniciando-se a contagem do prazo prescricional a partir da primeira parcela do pagamento relativo ao benefício indevido.

Julgados: RHC 066487/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 01/04/2016; AgRg no REsp 1497147/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 13/05/2015; AgRg no REsp 1347082/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 26/08/2014; AgRg no REsp 1271901/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 07/03/2014; AgRg no REsp 1396403/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 14/10/2013; RHC 027582/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 26/08/2013;

6. Aplica-se a regra da continuidade delitiva (art. 71 do CP) ao crime de estelionato previdenciário praticado por terceiro, que após a morte do beneficiário segue recebendo o benefício regularmente concedido ao segurado, como se este fosse, sacando a prestação previdenciária por meio de cartão magnético todos os meses.

Julgados: AgRg no REsp 1466641/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 15/05/2017; AgRg no REsp 1378323/PR, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), DJE 10/09/2014; REsp 1282118/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 12/03/2013; REsp 1602787/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Publicado em 15/06/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 516)

7. A devolução à Previdência Social da vantagem percebida ilicitamente, antes do recebimento da denúncia, não extingue a punibilidade do crime de estelionato previdenciário, podendo, eventualmente, caracterizar arrependimento posterior, previsto no art. 16 do CP.

Julgados: EDcl no AgRg no REsp 1540140/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 05/12/2016; RHC 063027/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 09/11/2016; REsp 1380672/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 06/04/2015; AREsp 992285/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, Publicado em 18/05/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 559)

8. O ressarcimento integral do dano no crime de estelionato, na sua forma fundamental (art. 171, caput, do CP), não enseja a extinção da punibilidade, salvo nos casos de emissão de cheque sem fundos, em que a reparação ocorra antes do oferecimento da denúncia (art. 171, § 2º, VI, do CP).

Julgados: AgInt no RHC 075903/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 29/11/2016; HC 279805/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 10/11/2014; HC 253955/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 02/04/2014; RHC 029970/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 559)

9. O delito de estelionato é consumado no local em que se verifica o prejuízo à vítima.

Julgados: AgRg no CC 146524/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 30/03/2017; AgRg no CC 145119/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 17/08/2016; CC 143621/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 07/06/2016; CC 142934/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 30/11/2015; CC 139800/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 01/07/2015; CC 130490/CE, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), TERCEIRA SEÇÃO, DJE 13/03/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 565)

10. Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos. (Súmula n. 244/STJ)

Julgados: CC 116295/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 25/06/2013; CC 122646/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 04/12/2012; CC 149768/RS (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 18/11/2016; CC 148206/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 22/08/2016; CC 141255/MG (decisão monocrática), TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 03/02/2016; CC 114554/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 01/08/2011;

(Vide Súmula Anotada N. 244/STJ)

11. A emissão de cheques pré-datados, como garantia de dívida e não como ordem de pagamento à vista, não constitui crime de estelionato previsto no art. 171, § 2°, VI, do CP, uma vez que a matéria deixa de ter interesse penal quando não há fraude, conforme a Súmula n. 246/STF.

Julgados: HC 226149/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 03/08/2015; HC 290584/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 21/08/2014; RHC 037029/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 20/08/2013; RHC 019314/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 09/05/2012; HC 167741/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 28/10/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 362)

12. O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal. (Súmula n. 554/STF)

Julgados: RHC 058993/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 30/09/2015; HC 279805/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 10/11/2014; HC 280089/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 26/02/2014; RHC 029970/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2014; RHC 075903/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Publicado em 03/10/2016;

13. A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual. (Súmula n. 73/STJ)

Julgados: CC 135301/PA, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJE 15/04/2015; AgRg no AREsp 385450/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 09/09/2014; CC 117751/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 14/05/2012; CC 115620/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 28/03/2011; CC 151377/AP (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 03/05/2017; CC 149794/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, Publicado em 01/12/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 361) (Vide Súmula Anotada N. 73/STJ)